







JOVENS AGRICULTORES:
TRANSIÇÃO RURAL
OU REGRESSO À TERRA?





TÍTULO:
Jovens agricultores:
transição rural ou regresso à terra?

AUTOR:
Pedro Soares

IMPRESSÃO E ACABAMENTO:
PMP - Serviços e Equipamentos Gráficos, LDA.

EDIÇÃO:
Animar - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local
ISA - Instituto Superior de Agronomia
INIAV - Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária
Rota do Guadiana - Associação de Desenvolvimento Integrado

Outubro de 2013

Depósito Legal:

ISBN: 978-989-98548-6-4





PEDRO SOARES

JOVENS AGRICULTORES:
TRANSIÇÃO RURAL
OU REGRESSO À TERRA?

ANIMAR | ISA | INIAV | ROTA DO GUADIANA
LISBOA, 2013







JOVENS AGRICULTORES: TRANSIÇÃO RURAL OU REGRESSO À TERRA?

Pedro Soares



Centro de Estudos Geográficos
Instituto de Geografia e Ordenamento do Território,
Universidade de Lisboa

1.Introdução

O abandono dos campos e do trabalho agrícola, as diversas ruturas que atravessam o mundo rural, verificam-se por todo o território e estão vincadamente espelhadas na leitura das estatísticas sobre a matéria. O envelhecimento médio dos agricultores é um dos indicadores mais significativos da falta de renovação geracional no setor, mas também da sua diminuta atratividade económica e social.

Verificou-se uma degradação acentuada do potencial de reprodução da mão-de-obra agrícola, bem espelhada na forte diminuição da população agrícola familiar em Portugal (-36% no período 1999-2009), com origem, desde logo, na quebra da composição média do agregado familiar (passou de 3,0 para 2,7 indivíduos) e no seu crescente envelhecimento médio. Sem renovação geracional pela via natural ou da imigração, não era possível haver reprodução da força de trabalho agrícola. Porém, para além das tendências demográficas estruturais, a própria mão-de-obra agrícola deixara de estar interessada na sua própria reprodução.

Tradicionalmente, a entrada de jovens na atividade agrícola surgia pela sucessão familiar, com transmissão da propriedade e da exploração,



que se dividia e recompunha em função dos elementos da nova geração e dos respetivos percursos familiares. Esta reprodução só poderia verificar-se caso as explorações garantissem um patamar de rendimentos que permitisse aos novos produtores manterem-se na atividade agrícola, com um nível de remuneração comparável à da mão-de-obra nos outros sectores da economia e considerando as possibilidades de trabalho oferecidas regionalmente e pela emigração. Nessa espécie de *benchmarking* entre a agricultura e os restantes setores económicos, há décadas que a agricultura e os territórios rurais têm vindo a perder jovens.

Segundo o Recenseamento Agrícola de 2009 (RA09), “a média de idades dos produtores agrícolas ronda os 63 anos, mais 11 anos do que a da população agrícola em geral” (INE, 2011), sendo certo que a população agrícola familiar também envelheceu acentuadamente, passando a média de idade de 46 anos em 1999 para 52 anos em 2009, reflexo de um envelhecimento demográfico mais acelerado na população dos territórios rurais do que na população em geral. Como consequência, os grupos etários mais jovens perderam peso absoluto e relativo no conjunto da população agrícola familiar. Apenas um terço dos indivíduos tem menos de 45 anos.

Parecendo contrariar esta tendência inelutável de envelhecimento da agricultura e dos territórios rurais, verificou-se nos últimos anos um fenómeno de reaproximação à agricultura de ativos com idade média muito inferior à média etária dos produtores agrícolas. Este movimento, que já envolve milhares de indivíduos com idade inferior a 40 anos, relaciona-se com o apoio do PRODER¹ à instalação de “jovens agricultores” em explorações agrícolas no território nacional, a tempo inteiro ou parcial, mediante a apresentação de candidaturas às ações 1.1.1² e 1.1.3³ do PRODER, eixo Competitividade.

¹ PRODER - Programa de Desenvolvimento Rural.

² Modernização e Capacitação das Empresas.

³ Primeira Instalação de Jovens Agricultores.

O Relatório de Execução 2011 do PRODER indica que desde a implementação da ação de apoio à instalação de jovens agricultores (ação 1.1.3) até 2011 foram apresentados 6321 pedidos de apoio no território nacional (Quadro 1).



Quadro 1. Candidaturas válidas – ação 1.1.3
(instalação jovens agricultores)

Ano	N.º projetos entrados válidos
2008	1156
2009	1843
2010	1759
2011	1563
Total	6321

Fonte: Relatório de Execução 2011 do PRODER

A título de referência, para uma melhor perceção da dimensão relativa deste fenómeno no contexto dos recursos humanos existentes na agricultura portuguesa, é de referir que o RA09 indica existirem 6845 produtores agrícolas singulares com menos de 35 anos. Este é um número muito próximo dos 6321 jovens agricultores que, em quatro anos, apresentaram projetos de instalação. O contingente de pessoas com menos de 40 anos que manifestaram, com a candidatura ao PRODER, uma intenção de se estabelecer como agricultores foi, apenas em quatro anos, semelhante à totalidade de jovens existentes na atividade.

É certo que apenas uma parte dos projetos de instalação apresentados foram concretizados. Em termos acumulados, até 2011, foram contratados 3257 pedidos de ajuda, pouco mais de 51% dos apresentados para aprovação, que correspondem a um total de 134,4 milhões euros de despesa pública, com 100,1 milhões euros de comparticipação FEADER.



Porém, analisando a ação 1.1.1 (modernização e capacitação das empresas), com um investimento proposto acumulado, entre 2007 e 2011, num montante superior a 4 mil milhões de euros, verifica-se que 35% das candidaturas (2725) correspondem a “jovens agricultores” (MAMAOT, 2012). A importância deste movimento revela-se no facto quase paradoxal de, num sector em acentuado processo de envelhecimento, 16% do indicador “Formação Bruta de Capital Fixo” no sector agrícola, para o período 2009 - 2011, ser da responsabilidade dos “jovens agricultores” com candidaturas ao PRODER.

De acordo com o balanço apresentado ao Comité de Acompanhamento do PRODER, em Junho de 2012, 14% do investimento daquele programa comunitário no Continente ocorre especificamente nas medidas de apoio à instalação de jovens agricultores, correspondendo a 25% do investimento PRODER na Região Norte, 14% na Região Centro, 9% na Região Lisboa, 7% na Região Alentejo e 26% na Região Algarve.

2. Um quadro analítico para um novo contexto agrícola-rural

A comunicação social em geral manifestou surpresa quando começou a tomar contacto com uma certa dimensão do movimento de instalação de jovens agricultores, envolvendo um investimento muito apreciável, na ordem dos 150 milhões de euros anuais em média, num período de crise, de crescimento do desemprego e da emigração, de falta de crédito e de investimento público e privado. A interrogação mais comum relacionava-se com o suposto surgimento de uma dinâmica de “regresso à terra”, depois de décadas de abandono, despovoamento e desvalorização social da agricultura e dos territórios rurais.

A percepção que ganhou corpo é de que alguma coisa de diferente se passava na agricultura e no rural. Os estudos sobre o rural já tinham

detetado esta mudança, mas ainda não existia uma narrativa com dimensão pública que a colocasse ao nível do escaparate ou das redes sociais.

A reportagem sobre o quadro técnico que decide “deslocalizar-se” para uma área rural, investir num projeto agrícola ou num turismo rural, mantendo via internet alguma atividade na sua profissão original, despertou atenção e curiosidade, evidentes na sucessão de peças jornalísticas sobre esse tema que a imprensa e os meios audiovisuais publicaram.

Contudo, essa é apenas uma visão icónica da problemática. As mudanças em curso são profundas, partem do interior do rural que passou a articular-se intensamente com o urbano e se dissocia da agricultura como elemento hegemónico. O rural ganhou a multifuncionalidade de quem o olha do exterior como espaço de consumo, de usufruto e de lazer, ou de quem lá permanece mas vive de atividades não-agrícolas, de rendimentos que não têm na agricultura a origem principal.

Mel e cogumelos: o regresso à terra



São três jovens, um engenheiro, outro licenciado em *marketing* e um que concluiu o ensino secundário, que estão a dar uso a uma propriedade de dois hectares que estava abandonada. O regresso à terra é uma felicidade e se não fosse isso teriam emigrado.

Três jovens de Vila Nova de Paiva, terra sangrada pela desertificação, juntaram-se, constituíram uma exploração agrícola nas terras abandonadas e viram na lavoura a forma de escapar às garras da emigração. Criam cogumelos, recuperam a produção de mel e dão formação a novos e velhos agricultores.

Para já esta exploração criou três postos de trabalho e no futuro, à medida que cogumelos e mel forem sendo produzidos e exportados para o Norte da Europa poderá vir a empregar mais pessoas contrariando assim o destino da emigração que tem deixado o interior abandonado e à mercê da desertificação.

(...)



TSF | 4.0ut.13



Como refere Fernando Oliveira Baptista, “estas transformações ocorreram num contexto mais amplo em que se alterou a relação das pequenas economias rurais com os sistemas urbanos, melhoraram as condições de vida da população rural e a sociedade redefiniu as suas expectativas.” (Baptista, 2010)

Por sua vez, Terry Marsden considera que o meio rural está a viver uma fase pós-fordista, que já não se resume a cumprir as suas funções produtivas agrícolas. Ganhou novas atribuições e surge como um espaço onde se desenvolvem múltiplas atividades produtivas, como o consumo de bens materiais e simbólicos, dos serviços ligados ao ecoturismo, aos desportos radicais ou ao ambiente (Schneider, 2001). Portanto, segundo o autor, para se compreender o rural é preciso ir além da perspectiva do *agri-food system* e recolocar a análise nos termos das relações de produção e consumo e da relação do espaço local com as mutações globais. Face ao recuo do padrão fordista de produção na agricultura, revitalizaram-se formas de produção e de reprodução da força de trabalho no meio rural, sendo a pluriatividade a expressão mais eloquente desse redirecionamento (Marsden, 1995).

Surge agora o debate em torno da substituição do paradigma “bio-ecocómico” pelo paradigma “eco-económico” na produção e abastecimento agro-alimentar. Trata-se da reponderação dos comportamentos e práticas micro-económicas e da possibilidade de novos realinhamentos nas cadeias de produção e consumo, explorando potencialidades no aprofundamento das relações diretas entre os espaços rurais e urbanos. O novo paradigma eco-económico envolve o despontar de redes complexas de empresas, principalmente de micro e pequenas empresas, associadas a atividades económicas que utilizam os recursos ecológicos de forma sustentável e eficiente (por exemplo, novas empresas de energias renováveis, agro-turismo, agro-alimentar, restauração, serviços sociais). Mais importante, estas redes não provocam o esgotamento dos recursos, antes transferem valor para os espaços rurais, tanto em termos ecológicos como



económicos, com promoção da integração urbano-rural ao nível regional (Marsden, 2013).

É neste contexto de um rural em mudança que ocorre a vaga de jovens agricultores, com características que já não se coadunam com o rural passado. Uma das alterações regulamentares no sistema de apoios do PRODER que permitiu um rápido crescimento do número de candidaturas foi, precisamente, o fim da obrigatoriedade de dedicação a tempo inteiro à exploração agrícola. Duas décadas depois da dedicação exclusiva ou predominante ter sido uma exigência do primeiro regulamento comunitário que esboçou uma política de renovação geracional para a agricultura, em 1985, a pluriatividade do jovem empresário agrícola passou a ser admitida, como reflexo de uma nova realidade em que a atividade agrícola passou a cruzar-se frequentemente com o exercício de profissões qualificadas e caracteristicamente urbanas, da mesma forma que a articulação entre território urbano e rural crescia, verificando-se “a transformação dos sistemas de produção agrícola e a recomposição do espaço” (Baptista, 2010). É por isso que o termo “regresso à terra” não é rigoroso, apesar do apelo romântico que transporta. De facto, no rural em mudança já não é possível qualquer regresso.

3. Da Comunidade para Portugal: uma política de apoio aos jovens agricultores

Apesar de inscrita no Tratado de Roma, os primeiros atos de carácter socio-estrutural da PAC apenas datam dos anos 70 e o primeiro regulamento onde se definem medidas específicas a favor dos jovens agricultores (“que não tenham atingido a idade de quarenta anos”) data de 1985 - Regulamento (CEE) n.º 797/85 do Conselho, relativo à melhoria da eficácia das estruturas agrícolas. Referia aquele regulamento que “a concessão de vantagens particulares aos jovens agricultores pode facilitar

não só a sua instalação mas igualmente a adaptação da estrutura da sua exploração após a sua primeira instalação”.

Desde aquela primeira referência a uma política de apoio aos jovens agricultores, a legislação comunitária, reconhecendo as vantagens que pode trazer para a adaptação das explorações ao desenvolvimento económico, foi sendo progressivamente alterada e adaptada às novas realidades que iam surgindo.

Alguns Estados-Membros, como por exemplo a França, aprofundaram esta política com medidas nacionais de discriminação positiva face aos jovens agricultores (Quadro 2); outros, como Portugal, limitaram-se a aplicar a legislação comunitária depois de devidamente transposta para a ordem jurídica interna (Alberto, 2004).

As medidas comunitárias de apoio aos jovens agricultores têm tido um carácter estrutural, como são o regime de apoio à primeira instalação, as ajudas ao investimento na respetiva exploração, à formação profissional e à assistência técnica. Do ponto de vista das ajudas de mercado não existe qualquer medida específica dirigida a jovens agricultores.

Enquanto em França o envelhecimento estrutural dos produtores agrícolas começou a ser prevenido, logo nos anos 60 do Século XX, com linhas de crédito bonificado de apoio à instalação de jovens agricultores (Alberto, 2004), em Portugal as primeiras políticas de incentivo ao rejuvenescimento do setor tiveram de chegar pela via comunitária.

Ao Regulamento (CEE) n.º 797/85 sucede o Regulamento (CEE) n.º 2328/91 que resultou num significativo crescimento do investimento na agricultura portuguesa e na instalação de jovens agricultores, certamente animados de espírito dinâmico. Todavia, certas limitações estruturais, como a reduzida área da exploração, falta de formação própria e de enquadramento técnico adequado, a necessidade de partilhar decisões com os antecessores, levaram muitos a optar pelos sistemas tradicionais em vez da inovação. Outros conseguiram romper com esses constrangimentos, mas em número insuficiente para pesarem significativamente na modernização agrícola em Portugal (Oliveira Santos, 1996).

Quadro 2. Síntese comparativa da aplicação das medidas de apoio aos jovens agricultores em França, Espanha e Portugal

Parâmetro	França	Espanha	Portugal
Idade	18 - 40 anos (35 anos até 2001)	18 - 40 anos	18 - 40 anos
Formação profissional	Baccalureat profissional	200 h. de formação mínima	150 h. de formação mínima
Estágio	6 meses numa exploração + 40 h. em gabinete	Não	Não
Apoio na elaboração do projeto pelas entidades oficiais	Sim	Sim	Não
Ajuda à instalação	Sim	Sim	Sim
Pagamento da ajuda	70% na instalação 30% no final 2º ano	100% na instalação	80% na instalação + 20% no final da execução do projeto (depois de 2007)
Subsídio ao investimento	Não	Não	Sim
Acesso ao crédito	Facilitado - no estágio de 40 h o projeto já é discutido com a banca	Facilitado devido à existência de um convénio Ministério Agricultura/banca	Caso a caso
Taxa de juro bonificada	Sim	Sim	Sim
Outros benefícios	Ajudas municipais/regionais; benefícios fiscais	Imposto de renda e de transmissão patrimonial; pagamentos notariais	Não
Acompanhamento Permanência na atividade	Muito forte 10 anos	Forte 5 anos	Médio 5 anos
Relação instalação/cessação	Forte	Quase inexistente	Quase inexistente

Fonte: Alberto, 2004



3.1. As medidas de apoio aos jovens agricultores em Portugal

Em Portugal as políticas de apoio à instalação e ao investimento de jovens agricultores iniciaram-se em 1986, com a entrada na Comunidade Económica Europeia e foram postas em prática através dos mecanismos previstos na PAC.

O enquadramento comunitário mais recente foi realizado pelo Regulamento (CE) 1698/2005 do Conselho, relativo ao apoio ao desenvolvimento rural pelo FEADER, onde são explicitadas as medidas de apoio à instalação de jovens agricultores, no âmbito do objetivo de aumento da competitividade dos setores agrícola e florestal. Conjugado com a medida de reforma antecipada de agricultores e de trabalhadores agrícolas, igualmente presente naquele regulamento, o apoio à instalação dos mais jovens visava, na perspetiva do legislador, facilitar e incrementar a transferência da atividade agrícola para uma nova geração de modo a que o resultado configurasse uma mudança estrutural no setor, muito pressionado pela elevada média etária.

Foi no seguimento deste regulamento que o Estado português elaborou um plano estratégico nacional, o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural (PNDR), onde se enquadra o programa nacional de desenvolvimento rural, o PRODER 2007-2013, que inclui as ações 1.1.1, para modernização e capacitação das empresas, e 1.1.3, de apoio à primeira instalação de jovens agricultores.

A Portaria n.º 357-A/2008, de 9 de Maio, regulamentou a aplicação da ação 1.1.3 de apoio à instalação de jovens agricultores no quadro de um plano empresarial de desenvolvimento da exploração agrícola. Com a candidatura ao prémio à primeira instalação, os beneficiários podiam apresentar uma candidatura de apoio ao investimento necessário ao desenvolvimento e modernização da exploração agrícola. A exigência de dedi-



cação principal à exploração agrícola, bem como desta constituir a primeira fonte de rendimento, como condições para o pedido de apoio dos jovens agricultores, conforme determinava o Regulamento (CEE) 797/85, deixou de existir. Um prémio de instalação no montante de 40 mil euros e um subsídio que varia entre 50% a 60% do investimento, constituíram o essencial dos apoios concedidos no âmbito do PRODER.

Em 2011 foi aprovada uma alteração ao Programa, que teve particular incidência no regime de apoio a instalação de jovens agricultores. Uma das principais recomendações da avaliação intercalar do PRODER referia “constituir motivo de preocupação a possibilidade da instalação de jovens agricultores não ser duradoura, traduzindo-se o prémio atribuído num valor efetivamente não gerador de desenvolvimento rural.” Recomendava, em consequência, que a atribuição do prémio estivesse associada à realização de investimentos e propunha a majoração do apoio ao investimento agrícola e não agrícola realizado pelos jovens em primeira instalação e a atribuição de prioridade no acesso as várias medidas (MAMAOT, 2012). Com a Portaria n.º 184/2011, o prémio à primeira instalação passa a ser atribuído em cofinanciamento aos candidatos que realizem investimentos nas respetivas explorações e de forma proporcional a esse investimento, exigindo-se que o prémio esteja associado a um plano empresarial de desenvolvimento da exploração.

Torna-se compreensível que o prémio à primeira instalação tenha passado a estar associado a um projeto de investimento. O pressuposto do prémio é o de garantir uma espécie de fundo de maneiço que permita a subsistência do jovem agricultor, enquanto o investimento não entra no seu “ano cruzeiro” em termos da produção e do rendimento. Ora se não há investimento, presume-se que a exploração está em condições de gerar um rendimento que garanta as necessidades do agricultor, não se justificando a atribuição do prémio.

O outro lado da questão é que, naquele caso, não há qualquer incentivo (prémio) para que ocorra uma renovação geracional na gestão

e mesmo na propriedade da exploração, o que acaba por colocar em causa o objetivo da melhoria da eficácia das estruturas agrícolas. Na ausência de prémio à primeira instalação, o jovem agricultor não tem qualquer estímulo alternativo ligado à sua condição.

3.2 – A execução das medidas do PRODER de apoio aos jovens agricultores

No período de 2007-2011, foram apresentadas 6321 candidaturas à ação 1.1.3, primeira instalação de jovens agricultores, com um forte crescimento entre 2008-2009 (74%) e entre 2011-2012 (129%) (MAMOT, 2012). De acordo com o estudo “Jovens Agricultores do PRODER, alguns indicadores”, da responsabilidade da Autoridade de Gestão do PRODER, a evolução das candidaturas em 2012 e nos três primeiros meses de 2013 confirma a tendência de crescimento dos pedidos de apoio.

A distribuição regional das candidaturas (Quadro 3) relaciona-se muito mais com o peso da agricultura na geração de emprego nas economias regionais, com valores mais significativos a norte, do que com a importância da estrutura produtiva agrícola (peso do VAB da agricultura na economia regional), que se manifesta mais a sul. De facto, é nas regiões centro e norte que ocorrem mais de 70% dos pedidos de apoio e onde o emprego está mais fortemente sustentado na atividade agrícola. Em sub-regiões do norte, como Alto Trás-os-Montes e Douro, o emprego na agricultura é superior a 40% do emprego total. No caso de Dão-Lafões, na região Centro, o peso da agricultura no emprego total é mais elevado do que a média nacional. Nestes três casos, o número acumulado de candidaturas é o mais elevado do país (Gráfico 1).

Os investimentos predominantes realizados por jovens agricultores em cada região seguem uma linha de especialização produtiva tradicional. Em Dão-Lafões, o maior investimento é na atividade “Aves e ovos”; no Douro é em “Frutos” e “Vinho e vinha”; no Oeste é na atividade “Hortí-

Quadro 3. Distribuição regional das candidaturas à ação 1.1.3

Região	2007-2011	
	n.º	%
Norte	3503	55
Centro	1033	16
LVT	754	12
Alentejo	681	11
Algarve	350	6
Total	6321	100

Fonte: MAMAOT, 2012

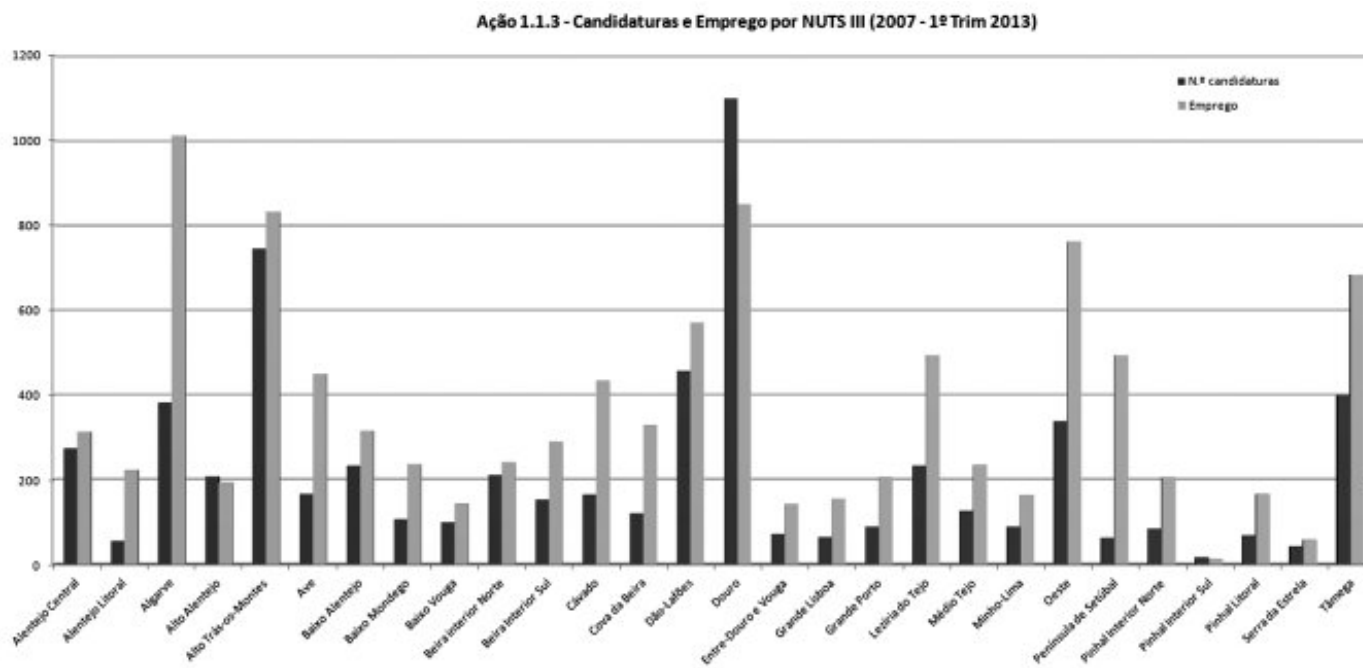
colas e flores”; no Alentejo Central incide na “Pecuária”; no Baixo Alentejo privilegia o “Olival e azeite”; a “Apicultura” está a ser recuperada e é o investimento com maior volume no Algarve e em Alto Trás-os-Montes (MAMAOT, s. d.).

Num período económico recessivo e de crescimento da taxa de desemprego, a criação de emprego na agricultura surge como uma alternativa à emigração, principalmente onde a atividade agrícola ainda mantém uma rede produtiva com algum nível de especialização e com expressão no território, que constitui um suporte importante para a iniciativa de primeira instalação.



O investimento médio anual realizado por jovens agricultores (ações 1.1.1 e 1.1.3) é de aproximadamente 150 milhões de euros, num total acumulado de 735 milhões de euros. Comparando com o valor de Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) médio anual do setor agrícola para o período 2009-2017, verifica-se que o investimento médio anual produzido pelos jovens agricultores representa 16% da FBCF do setor (MAMAOT, s. d.).

A idade média dos jovens apoiados é de 30 anos, têm como qualificação mais frequente o ensino secundário, instalaram-se maioritariamente

Gráfico 1. N.º Candidaturas instalação jovens agricultores e criação emprego por NUTS III – 2007 a 1º Trim. 2013



Fonte: MAMAOT



nas regiões do interior. Correspondem a cerca de um terço dos beneficiados com ajudas do PRODER no âmbito de projetos de investimento. É um movimento com uma dimensão apreciável para o contexto da agricultura portuguesa, contribui para melhorar os níveis de qualificação e para rejuvenescer o setor, mas representa apenas 2% dos agricultores recenseados.

4. A instalação de jovens agricultores na região Centro

Procurando obter um “zoom” sobre a realidade regional da instalação de jovens agricultores, foi possível aceder a dados atualizados para a região Centro, através da Direção Regional de Agricultura e Pescas da Região Centro (DRAPC) do Ministério da Agricultura (MAMAOT). A análise dessa informação constitui uma novidade e é esclarecedora quanto à realidade de um movimento dirigido ao investimento na agricultura, protagonizado por novos empresários do setor com menos de 40 anos, seguramente com qualificações superiores à média dos produtores agrícolas da região que, mais de 75 por cento, não têm qualquer nível de instrução escolar ou têm o 1º ciclo (RA09).

A partir de 2008 até ao 1º trimestre de 2012, foram aprovados 839 projetos para primeira instalação de jovens agricultores em concelhos da Região Centro, com um investimento total de cerca de 57 milhões de euros. Foram ainda aprovados, na ação 1.1.1, projetos de 339 jovens agricultores, para a mesma área geográfica, correspondendo a um investimento de aproximadamente 66 milhões de euro.

Num cenário de desinvestimento agrícola generalizado, não será exagero considerar o surgimento de quase 1200 novos projetos para investimento na agricultura como um verdadeiro movimento, no sentido de uma dinâmica até agora desconhecida e que, de certo modo, poderá asse-

Figura 1. Localização por concelho projetos PRODER aprovados para jovens agricultores na Região Centro, no período 2008-2012/1º T.



Fonte: DRAPC

melhar-se a uma tendência diferente da que é estrutural de abandono da agricultura e do mundo rural. Tudo isto apesar da plena consciência de que o número de jovens agricultores instalados com apoios do PRODER na Região Centro, desde 2008, corresponde apenas a pouco mais de 1 por cento da perda total de produtores agrícolas na mesma área geográfica, entre 1999 e 2009 (RA09).



Na Fig. 1 encontram-se representados os projetos aprovados, por concelho, para a primeira instalação de jovens agricultores na Região Centro no período entre 2008 e o 1º trimestre de 2012. A instalação destes jovens agricultores, as opções de produção e a análise da mancha de concentração das explorações, denotam ténues indícios de um novo tipo de agricultura e de uma nova geração de agricultores. É bastante perceptível uma concentração ao longo dos principais eixos rodoviários, que também coincidem com os principais eixos urbanos da região, e uma forte rarefação em todo o restante território.

No entanto, a mancha de concentração mais densa está localizada nos concelhos servidos pela A25 (Aveiro-Viseu-Vilar Formoso), principalmente os que mais se aproximam do nó com a A1, nomeadamente o corredor urbanizado de Lafões (Oliveira de Frades, Vouzela e S. Pedro do Sul).

Acima da média do número de instalação de jovens agricultores por concelho na Região Centro, encontram-se Vouzela, S. Pedro do Sul, Oliveira de Frades, Sever do Vouga, Viseu, Castro Daire, Mangualde e Tondela, todos na área de influência do traçado da IP5/A25.

No último decil dos concelhos com maior número de projetos aprovados (≥ 25 projetos) estão alguns dos municípios acabados de referir – Vouzela, São Pedro do Sul e Sever do Vouga, mas também Idanha-a-Nova, Fundão, Castelo Branco, Leiria e Covilhã.

O investimento total programado para este conjunto de cerca de 1200 projetos contabiliza aproximadamente 123 milhões de euros, com uma média por projeto de 103 mil euros. Porém, nem sempre são os





concelhos com maior quantidade de projetos aprovados os que mobilizam maior investimento. É o caso de Vila Nova de Paiva, Aguiar da Beira e Coimbra que não se encontram no último decil dos concelhos com maior número de projetos, mas no que respeita ao investimento estão nos 10 por cento com maior volume programado. Os restantes concelhos incluídos no grupo de maior investimento são Leiria, Fundão, Vouzela, Castelo Branco e Idanha-a-Nova.

O padrão de localização do investimento mantém-se muito próximo da distribuição verificada para o número de projetos: ao longo das principais via rodoviárias IP5/A25, IP1 e IP2 e na área dos maiores eixos urbanos da região. Configura um “U” invertido que tem no “miolo” municípios em perda demográfica, afastados dos principais eixos viários, com uma rede urbana débil e poucas ligações aos maiores centros populacionais e de serviços, com características de rural de *baixa densidade*.

O maior volume de investimento programado está igualmente ligado a novas culturas na região, a novas técnicas e a novos mercados. Substituem, em geral, outras culturas tradicionais ou culturas de ciclos económicos ultrapassados, como é o caso do tabaco na área de Castelo Branco. As hortofrutícolas constituem nova opção para novos investimentos. No corredor de Lafões, a cultura de mirtilos é uma inovação e o objetivo de grande parte dos projetos, com produção destinada à exportação. Os métodos de cultivo também mudam. Modo de produção biológica, técnicas de controlo e programação da rega que não exigem permanência na exploração, entre outras.

Estas novidades na agricultura têm de ser definidas “pela sua singularidade no contexto das atividades existentes num determinado espaço e tempo” (Pereira, 1999). Segundo os mesmos autores, a inovação para acontecer exige pré-requisitos internos, de nível local, e externos, de origem estatal. No primeiro caso, é de considerar a existência de condições de crise resultantes da falta de emprego, da escassez de mão-de-obra e da quebra da rentabilidade do trabalho. Por outro lado, considera-se essencial



a melhoria da transferência de informação do exterior para a comunidade e no seio desta, a democratização e moralização da tomada de decisão, tendo em vista a larga difusão e equidade de oportunidades e benefícios.

No que respeita aos pré-requisitos externos, torna-se decisivo o poder de decisão e financeiro atribuído aos agentes locais, facilidades de acesso à informação sobre oportunidades de mercado, novas tecnologias e formas inovadoras de organização e gestão.

O quadro económico e social vivido no país desde 2008, com uma crise que levou ao crescimento do desemprego, escassez de soluções profissionais mesmo para os que possuem formação média e superior e diminuição dos rendimentos do trabalho, associado a uma elevação da formação escolar e profissional dos mais jovens em relação às gerações anteriores, configuram fatores locais conducentes à inovação.

Em termos de pré-requisitos externos ou institucionais, a abertura a partir de 2007 de ações do PRODOR para apoio a iniciativas empresariais de jovens agricultores e a respetiva circulação de informação, nomeadamente através dos serviços de extensão rural do Ministério da Agricultura, constituíram elementos cruciais. A carência de financiamento inicial era, frequentemente, suprida pelo prémio à primeira instalação, a fundo perdido, no valor de 40 mil euros. Para além do prémio, o PRODOR financiava cerca de 55 por cento do investimento programado.

A elevada concentração de projetos apresentados nos concelhos de Lafões, da região Centro, determinou a opção por aquele território para o aprofundamento do estudo sobre os jovens agricultores, através da realização de um inquérito dirigido a uma amostra de jovens agricultores.

5. O jovem agricultor em Lafões próximo da média nacional

Realizou-se um inquérito a uma amostra aleatória de 27 jovens agricultores com explorações instaladas nos quatro concelhos da região de Lafões⁴ – Castro Daire (parte), Oliveira de Frades, São Pedro do Sul e Vouzela, que integram a NUTS III – Dão-Lafões.

O espaço rural desta região de Lafões é caracterizada pelo tipo rural *agrícola*⁵, com predomínio de uma agricultura diversificada, pequenos ruminantes, aves e alguns produtos de qualidade certificada, muito marcado pelo vale do Vouga – S. Pedro do Sul, Vouzela e Oliveira de Frades – por onde se desenha o corredor urbanizado de Lafões que se articula intimamente com o traçado da IP5/A25.

A média etária dos inquiridos é de 30,4 anos de idade. A maioria é do sexo masculino (66,7%) e um pouco mais de metade das respostas indica que são maioritariamente solteiros (55,6%). Cerca de metade tem frequência ou formação universitária completa (44,4%), mas 81,5% não tinham formação agrícola no momento da candidatura ao PRODOR.

Antes da instalação como jovens agricultores, 48,1% dos inquiridos eram trabalhadores por conta de outrem e 29,6% estavam na situação de desempregados. Apenas 11% eram já empresários, proporção igual à dos estudantes. Após a instalação das explorações, cerca de metade dos jovens agricultores é trabalhador por conta de outrem (51,9%) e os restantes são empresários.

A principal motivação (66,7%) para a candidatura às ações destinadas aos jovens agricultores prende-se com a procura de obtenção um

⁴ N° de inquéritos por concelho - Vouzela: 16; S. Pedro do Sul: 6; Oliveira de Frades: 3; Castro Daire: 2.

⁵ Definido com base em dois indicadores: percentagem da população ativa agrícola na população rural ativa e densidade rural (habitantes/km²) (Baptista, 2011: 127)

rendimento complementar. Apenas 18,5% tiveram como objetivo iniciar desse modo uma profissão, enquanto atividade principal, e para 14,8% foi a situação de desemprego que os impulsionou para a candidatura a um projeto de instalação de uma exploração agrícola.

O acesso à terra foi conseguido através de um contrato de comodato (cedência gratuita) na maior parte dos casos (59,3%). A compra de terra é inexpressiva, mas o arrendamento (18,5%) e a transmissão da exploração (16,7%) são significativos.



Mais de 80% residem na freguesia onde se localiza a exploração (70,4%) ou muito perto (11,1%). Porém, a atividade na exploração a tempo parcial é predominante. Mais de metade (55,6%) dedica apenas $\frac{1}{4}$ do seu tempo de atividade à exploração e apenas 22,2% estão a tempo inteiro.

Os destinos da produção são, maioritariamente, os mercados regional e nacional, mas já se encontram 18,5% das produções direcionadas para a exportação. A organização própria dos produtores para o escoamento dos produtos é ainda reduzida, com predominância das empresas integradoras na avicultura. Apenas 8,3% declararam colocar a produção no mercado através de cooperativa, associação ou organização de produtores.

6. Conclusões

Aquilo que à primeira vista poderia parecer uma espécie de “regreso à terra”, não é mais do que a consumação da “transição rural”, enquanto fenómeno que levou à perda de hegemonia da agricultura nos territórios rurais, à multifuncionalidade do espaço rural e a um novo contexto social, cultural e de relacionamento com o urbano e com as infraestruturas, sobretudo as de comunicação.

Os rendimentos obtidos pelos jovens agricultores das suas explorações agrícolas podem ser resultado de dedicação exclusiva, fruto de uma opção profissional determinada pela persistência do desemprego. Contu-





do, os resultados do inquérito permitem perceber que a procura de um rendimento complementar a uma outra atividade principal, constituirá a principal motivação para o investimento na agricultura, também como forma de compensar a possível perda de proventos salariais na atividade original, normalmente ligada a um contexto claramente urbano.

Os novos empresários agrícolas podem ou não ter formação na área da agricultura, sendo certo que todos são obrigados a frequentar um curso de empresário agrícola após a aprovação do projeto financiado pelo PRODOR. No entanto, são vários os licenciados em áreas curriculares sem ligação direta à agricultura. A falta de saídas profissionais ou uma certa prevenção em relação a uma possível perda de emprego a curto ou médio prazo coloca a agricultura como uma espécie de “porto seguro” para uma atividade económica que garanta um rendimento em caso de dificuldades laborais.

Através das formas contratuais predominantes de acesso à terra (comodato e transmissão), nota-se, com peso significativo, a instalação de jovens agricultores em explorações pré-existentes que pertenceram a familiares. Desta forma, o prémio à primeira instalação pode funcionar como financiamento a essas explorações, sobretudo num contexto de grande dificuldade de acesso ao crédito bancário. Por outro lado, a transmissão ou cedência da terra por comodato, poderá constituir uma antecipação da passagem da exploração para familiares mais jovens, dando-lhe continuidade.

No entanto, seja nos casos de dedicação exclusiva ou nos de atividade a tempo parcial, os inquiridos procuram que as explorações se localizem o mais próximo possível da residência, sendo certo que mudar a residência para o local da exploração, ou procurar terra em local que implicaria a mudança para lá, está fora de questão. O objetivo é poder aproveitar os espaços intersticiais com capacidade agrícola, sem dispensar residir próximo dos serviços próprios dos centros urbanos, mesmo que se trate de pequenos centros urbanos, como é o caso do corredor urbanizado de



Lafões. Esta situação é compensada pela fácil acessibilidade a vias de comunicação que permitem uma forte mobilidade com a rede urbana de nível superior.

Esta é uma nova realidade que se desenha, mesmo em regiões onde a “transição rural” ainda sente algumas dificuldades na alteração das relações entre as pequenas economias rurais e os sistemas urbanos. A crise pode estar a desenvolver um efeito catalisador neste fenómeno que, longe de ser uma espécie de novo repovoamento dos territórios rurais, confere um efeito económico e social positivo a esses espaços, mas que integra o seu próprio processo de transformação. O padrão geográfico de implantação dos jovens agricultores, como foi demonstrado, transporta os territórios rurais para uma nova articulação com os territórios urbanos, e contribui para que a diferenciação seja cada vez menos económica, social ou cultural. Apesar de tudo isto, o abandono da agricultura e o despovoamento do mundo rural parecem continuar a ser persistentes.



Bibliografia

- ALBERTO, D. (2004), “Instalação de Jovens Agricultores – Experiências Comparadas em Três Países da UE”. Comunicação ao II Congresso de Estudos Rurais, Angra do Heroísmo.
- BAPTISTA, F. O. (2010), *O Espaço Rural. Declínio da Agricultura*. Celta Editora. Oeiras, Portugal.
- CCDRC (2011), *Proposta de PROT-Centro – Plano Regional do Ordenamento do Território do Centro*, Coimbra.
- INE (2001), *Recenseamento Geral da Agricultura 1999 – Análise de Resultados*. INE, Lisboa.
- INE (2011), *Recenseamento Agrícola 2009 – Análise dos Principais Resultados*. INE, Lisboa.
- MAMAOT (2012), *Relatório de Execução 2011 do PRODER (versão preliminar)*.
- MAMAOT (s. d.), *Os jovens agricultores no PRODER, alguns indicadores*. Autoridade de Gestão do PRODER, Lisboa.
- MARSDEN, T. (1995), “Beyond Agriculture? Regulating the new rural spaces”. *Journal of Rural Studies*, London, v.11, n.º 03, p. 285-296.
- MARSDEN, T. (2013), “Sustainable place-making for sustainability science: the contested case of agri-food and urban–rural relations”. *Sustainability Science* 8 (2), p. 213-226.
- OLIVEIRA SANTOS, R. (1996). ”L’impact de la politique d’installation et de modernisation agricoles au Portugal”. *Économie rurale*. N.º236, 1996. p. 53-61.
- PEREIRA, F. e outros (1999), “Novas actividades económicas em meio rural”, em Cavaco, C. (Coord.ª) *Desenvolvimento Rural, Desafio e Utopia*, CEG – UL, Lisboa.
- SCHNEIDER, S. (2001), “A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil”. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 16, p. 164-184.





ANEXOS





INQUÉRITO AOS JOVENS AGRICULTORES DIRECTA E INDIRECTAMENTE ENVOLVIDOS EM PROJECTOS FINANCIADOS PELO PRODER

AS RESPOSTAS SERÃO MANTIDAS
ABSOLUTAMENTE CONFIDENCIAIS

Inquérito N°

Data ___/___/___

___/___/___

Nome do inquiridor

1. Nome

2. Sexo: Masculino Feminino

3. Idade:

4. Estado civil:

solteiro/a casado/a divorciado/a viúvo/a

5. Residência habitual:

Concelho

Freguesia

6. Profissão:

7. Antes de se ter instalado como Jovem Agricultor tinha alguma formação na área da agricultura?

Sim Não

8. Situação aquando da candidatura ao PRODER:

Desempregado/a

Empresário/a (trabalhador por conta própria)

Trabalhador/a por conta de outrem no sector privado

Trabalhador/a por conta de outrem na Função Pública

Outra situação. Qual?

9. Situação actual (no momento do inquérito)

Empresário/a (trabalhador por conta própria)

Trabalhador/a por conta de outrem

10.

	Desem- prego	Rendi- mento comple- mentar	Início profissão	Outra/Qual?
Principal motivação para início de atividade				

11.

	1º/2º Ciclo	Ensino Secundário	Frequência universi- tária	Lic./ Mest./ Dout.	Outra/Qual?
Habilitações escolares no momento da candidatura					

12.

	Tempo inteiro	Tempo parcial			Esporádica- mente
		75%	50%	25%	
Tempo de atividade na exploração					

13.

	Comprou	Arrendou	Comodato	Trans- missão	Outra/Qual?
Forma de acesso à terra					

14.

	Reside na freguesia da exploração	Reside afastado da exploração		
		< 10 km	10 - 30 km	> 30 km
Relação residência/ local da exploração				

15.

Atividade principal/ produto (por ex.: fruticultura/mirtilos)	Tecnologia produtiva			
	Convencional	Prod. Integrada	MPB	Outra/Qual?

16.

Destino da produção	Mercado			
	% Local	% Regional	% Nacional	% Export
Forma escoamento da produção (1-própria; 2-coop./ assoc./org. produtores; 3-grande superf.; 4-outros distrib.)	1 - 2 - 3 - 4	1 - 2 - 3 - 4	1 - 2 - 3 - 4	1 - 2 - 3 - 4

Acabou o inquérito, Muito obrigado!

Observações:





